

Tecnologia Governo diz que custo anual de US\$ 1 milhão será bancado pela iniciativa privada

"Vale o investimento" de Doria vai ter

cento de estudantes do Fórum de Davos

Servidor terá descontos em vez de reajuste de salários

Edna Simão
De Brasília

Anah Fernandes
De São Paulo

O governo de São Paulo quer aproveitar o novo marco legal da ciência e inovação no país para driblar entraves e tirar do papel sua ideia de criar um "Vale do Silício Brasileiro" às margens do rio Pinheiros, na capital paulista.

Promessa do governador João Doria (PSDB) ainda quando estava à frente da prefeitura de São Paulo, o Citi (Centro Internacional de Tecnologia e Inovação) deu o primeiro passo concreto no fim de julho, após o centenário Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) publicar edital para receber empresas privadas em seus espaços.

Representantes do Ministério da Economia, do governo estadual e do Fórum Econômico Mundial assinaram ontem um acordo para o IPT abrigar também um braço do centro para ensino da indústria 4.0 da organização internacional, presente em países como EUA, China, Índia e Japão.

A ideia é que a filial reúna os especialistas do fórum, do mercado e dos corpos federal e municipal para desenvolver casos aplicados de aumento de produtividade e intensidade tecnológica, nas áreas estratégicas de saúde, agronegócio, manufaturas avançadas e cidades inteligentes.

O lançamento oficial da iniciativa vai ocorrer em janeiro no Fórum de Davos, na Suíça. A inauguração está prevista para maio. O custo mínimo anual exigido pelo fórum para rodar o centro é de R\$ 1 milhão em investimento mensal, segundo o governo de São Paulo, será feito praticamente todo em parceria com o setor privado.

A proposta do Citi é criar um distrito de inovação, agregando empresa, universidades e de startups. O encontro, por exemplo, o

Centro de Detecção Provisória (CDP) de Pinheiros e a Companhia de Empreendimentos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagep).

O plano, que depende sobretudo de investimentos privados, tem embarrado na complexa transferência de local da Ceagep, ligada ao Ministério da Agricultura, o que fez com que o governo mudasse sua estratégia.

"A Ceagep não depende só da gente. Até o fim da gestão, queremos ter o parque rodando. Por isso, decidimos começar por aqui, o que temos controlado", diz Patrícia Ellen da Silva, secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado. A mudança do empreendimento será a última fase do Citi.

Com os editais do IPT Open Experience, empresas poderão tanto propor a criação de centros próprios de pesquisa dentro do instituto quanto pagar cotas anuais, que variam de R\$ 400 mil a R\$ 2,2 milhões, para aderir a um "hub" de inovação, do qual devem participar startups, pesquisadores de universidades e órgãos do governo.

Hoje, cerca de 60% do faturamento do IPT já depende de projetos industriais, voltados para empresas. O restante vem de demandas governamentais de municípios e empresas públicas. A intenção é usar a "marca" de qualidade IPT para dar visibilidade a iniciativas em pesquisa e própria cidade.

"Não é estranho que, apesar de ser um instituto de 120 anos, com participação em grandes obras como a construção de Brasília ou da usina de Itaipu, a população em geral não conheça o local", 30 segundos sobre o IPT", questiona Jefferson de Oliveira Gomes, presidente do instituto. "O IPT é um belo instituto de pesquisa tecnológica, mas a cadeia de valor a partir dele não é desenvolvida". A ideia é uma coisa nova para nós, mas parte daquele ranço entre



Jefferson de Oliveira Gomes: "IPT é um belo Instituto de pesquisa, mas a cadeia de valor a partir dele não é desenvolvida"

ria, Gomes reforça que o IPT é estratégico para o Estado. "O governo não coloca dinheiro porque quer salvar o IPT, é porque o instituto é parte fundamental para reter situações da sociedade. Quem vai privatizar estudos de Recursos Hídricos, das nascentes? De cursos sociais, das nascentes? De cursos sociais do Estado; ouotas, não, e aí entra o IPT Open".

Na crise, a destinação recomendada do Estado para o instituto cresceu de R\$ 55,9 milhões em 2014 para R\$ 89,7 milhões em 2018. Silva diz que o governo pretende manter os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mas o novo recorde do IPT vai precisar crescer sozinho para atingir a metade, ao fim de quatro anos, movimentar R\$ 1 bilhão em serviços e produtos. No ano passado, por exemplo, o IPT faturou R\$ 85 milhões.

"Ainda é uma coisa nova para nós, mas parte daquele ranço entre

as partes vai se perdendo. O conhecimento produzido em conjunto entre universidades e empresas é chave, principalmente se você olhar para a nossa economia, que vive uma situação de baixa produtividade há muito tempo", diz Glauco Arbis, co-coordenador do Observatório da Inovação do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e ex-presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No mundo todo, a cooperação entre academia e empresa é um desafio, em parte porque envolve duas instituições com naturezas distintas, observa Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente da Fapesp. "A universidade cumpre bem sua missão se souber empregar o maior número de pessoas. A empresa tem sucesso e ninguém sabe porque ela faz e como."

Silva, da Secretária de Desenvolvimento Econômico, diz que o papel da universidade é ser um lugar democrático aberto a toda a sociedade, incluindo o setor privado. "O que estamos propondo é muito mais um espaço de convivência em outro nível do que o privado dentro do público. Precisamos dessas parcerias para compartilhar os riscos da inovação."

"O que não pode haver é uma simples substituição de investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação pelo aporte de capital privado, ressalta Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). "Essa aproximação é fundamental, mas não pode ser visto como um mecanismo alternativo de financiamento à pesquisa nas universidades. São recursos a mais." (Colaboração Letícia Souza Lima)

O governo vai criar um "dube de descontos" para os servidores públicos como forma de dar uma estufada em um momento em que há dificuldades de concessão de reajustes salariais e de realização de concursos. A expectativa é que o edital de chamamento de empresas que queiram fazer parcerias "dube de descontos" seja publicado hoje no "Diário Oficial da União".

O Secretário de Gestão e Desenvolvimento Pessoal, Wagner Lenhart, afirmou ao Valor PRO que a iniciativa faz parte da política de gestão de pessoal e não representa ônus para a União. Segundo ele, as empresas poderão ofertar produtos, com descontos, para um grupo especial de cerca de 1 milhão de servidores públicos, considerando ativos e inativos, com uma boa média salarial e estabilidade de emprego. Ou seja, para um mercado consumidor bastante atrativo. "A ideia não tem custo para a União. O benefício é para o servidor público", contou, acrescentando que o governo também não terá economia com a medida.

Lenhart destacou ainda que, publicado o edital de chamamento é um passo inicial para viabilizar o oferecimento desse serviço para os servidores públicos. "Terão a disposição de fazer e estamos dando o postup inicial", contou. O chamamento deve prever um prazo de 30 dias para que as empresas se habilitem no programa e apresentem suas propostas. Em seguida, as propostas serão classificadas e avaliadas pelo governo e, se for o caso, sugeridas mudanças. "O chamamento público possibilita ver o que o mercado oferece", contou. A expectativa é de que esse benefício esteja disponível para o servidor público ainda neste ano.